



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
AGRAVO LEGAL Nº 0002251-55.2014.8.17.000 (0329199-0)
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: JOSÉ ADELSON MARQUES PASTOR
RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA

CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. MOLÉSTIA GRAVE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. ART.196 E 198, DA CF/88. SÚMULA 18 DO TJPE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
2. Restando consignado que o recorrido necessita do tratamento oxigenoterapia hiperbárica por expressa indicação do profissional competente, é irretorquível a obrigação do Estado, por qualquer de seus entes, em provê-la, consoante os arts. 196 e 198, da CF/88 e a súmula 18 deste E.Tribunal.
3. Incabível a exclusão ou redução da multa diária, visto que as astreintes têm o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor de R\$ 500,00(quinhetos reais) está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos.
4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
5. Agravo conhecido e não provido.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0329199-0, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0329199-0**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 23 de 05 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



67
106

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
AGRAVO LEGAL Nº 0002251-55.2014.8.17.000 (0329199-0)
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: JOSÉ ADELSON MARQUES PASTOR
RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos do Agravo de Instrumento nº 0329199-0, que com arrimo no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos, no sentido de assegurar ao agravado o direito ao fornecimento do tratamento consistente em OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA, enquanto deles necessitar, na forma prescrita pelo médico, sob pena de incidência da multa diária, fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o agravante ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, vedações legais à concessão de antecipação de tutela e a necessidade de revogação da multa diária devido ao ônus excessivo.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

Forte nas razões recursais supracitadas, requerem os Agravantes que esta relatoria, com esteio no art. 557,§1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 23 de 05 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

68
Raf.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0002251-55.2014.8.17.000 (0329199-0)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: JOSÉ ADELSON MARQUES PASTOR

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

“Trata-se de Agravo de Instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Cominatória de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela nº 0001187-63.2013.8.17.1190, que, concedendo o pedido liminar, determinou ao Estado de Pernambuco, ora agravante, o fornecimento do tratamento consistente em OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA, enquanto deles necessitar Agravado ADELSON MARQUES PASTOR, na forma prescrita pelo médico, sob pena de incidência da multa diária, fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Em suas razões, de fls. 04/10, aponta o agravante que a multa fixada para o caso de descumprimento da decisão ora agravada é desproporcional à obrigação imposta, vez que o custo total do tratamento perquirido é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, a multa foi fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, equivalendo à quantia de R\$15.000,00(quinze mil reais) ao mês.

Aduz ainda o agravante, da ausência dos pressupostos autorizadores da concessão de antecipação da tutela, no caso em tela, da patente ausência de verossimilhança das alegações deduzidas na exordial, não podendo o Estado financiar toda e qualquer ação de prestação de saúde, devendo-se privilegiar o tratamento fornecido pelo SUS em detrimento de opção diversa escolhida pelo paciente. Nesse entendimento, impõe-se que sejam observadas as diretrizes e prioridades já fixadas pela Administração, através de sua política de saúde pública. Dessa forma, entendendo o

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

Agravante, da ausência da prova inequívoca da verossimilhança das alegações autorais, para conduzir à revogação da decisão liminar, requerendo atribuição de efeito suspensivo do *periculum in mora* inverso e da imediata revogação da multa diária cominada ou sua diminuição.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo de instrumento revogando definitivamente a tutela antecipada concedida.

Feito o breve relato, cumpre-me decidir monocraticamente.

Em juízo de admissibilidade do recurso, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525, ambos do CPC, apresentando-se tempestivo e devidamente instruído, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei.

É sabido que compete ao Estado, conjuntamente com a União e os Municípios, velar pelo respeito à vida e à saúde, direitos esses constitucionalmente garantidos, cabendo-lhes, inclusive, no desempenho dessa tarefa, o provimento dos tratamentos adequados aos portadores de doenças graves que podem levar a sério comprometimento de sua qualidade de vida, interferindo inclusive na realização de atividades corriqueiras, como é o caso.

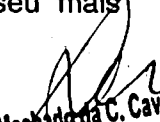
Acrescente-se, ainda, que não se desconhece a rigidez da Constituição ao vedar a realização de despesas pelos órgãos públicos além daquelas em que há previsão orçamentária. Todavia, o Poder Judiciário, como pacificador dos conflitos sociais e defensor da Justiça e do bem comum, tem agido com maior justeza, optando pela defesa dos bens maiores, veementemente defendidos pela Constituição, no caso, a vida e a dignidade da pessoa humana, interpretando a lei de acordo com as necessidades sociais imediatas, que ela se propõe a satisfazer.

Atente-se ao que dispõe os arts. 196 e 198 da Constituição Federal sobre o direito à saúde, *in verbis*:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

"Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede de recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único modificado para § 1º pela EC nº 29, de 13.09.00)"

O Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se VIDA em seu mais amplo conceito, deverá ele ser fornecido.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

Nesse trilhar, vejamos os precedentes a seguir:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.

1. Esta Corte tem reconhecido que os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, têm o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.
2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).
3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).
4. In casu, não havendo prova documental de que o remédio fornecido gratuitamente pela administração pública tenha a mesma aplicação médica que o prescrito ao impetrante - declarado hipossuficiente -, fica evidenciado o seu direito líquido e certo de receber do Estado o remédio pretendido.
5. Recurso provido. (RMS 17425 / MG Ministra ELIANA CALMON - DJ 2.11.2004 p. 293)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE ANGIOPLASTIA BILATERAL. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1.

O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de Angioplastia Bilateral. 3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legitima a pretensão quando configurada a necessidade do

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

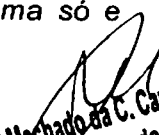
recorrido. 4. O Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005. 5. Assentado o acórdão recorrido acerca da necessidade dos medicamentos pleiteados na inicial, não cabe ao STJ conhecer do recurso. As questões que levam à nova incursão pelos elementos probatórios da causa são inapreciáveis em sede de recurso especial, consoante previsto na Súmula 7/STJ. 6. O exame do preenchimento dos pressupostos para a concessão da tutela antecipada previstos no artigo 273, deve ser aferido pelo juiz natural, sendo defeso ao STJ o reexame desse pressuposto de admissibilidade, em face do óbice contido na súmula 07/STJ. 7. Precedentes jurisprudenciais: (REsp 505729/RS, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 23/06/2003; REsp 190686/PR, Ministro Relator Franciulli Netto, 2ª turma, DJU 23/06/2003; MC 2615/PE, Ministro Relator Francisco Falcão, 1ª Turma, DJU 19/08/2002; AGA 396736/MG, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 25/02/2002; REsp 373775/RS, Ministro Relator Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJU 01/07/2002; REsp 165339/MS, Ministro Relator Jorge Scartezzini, 5ª Turma, DJU 05/03/2001; AGA 199217/SP, Ministro Relator Luiz Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, DJU 17/02/1999) 8. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1044354 / RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1, DJ 14/10/2008).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado de fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-AgR 648971 / RS, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 04/09/2007).

Constituindo assim, dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida.

Na presente demanda, o que se defende é o direito à qualidade de vida, o qual é indisponível e predomina sobre qualquer outro interesse, esteja ele tutelado por lei ou contrato. Sobre o tema, merece destaque a decisão do E. Ministro Celso de Mello, na medida cautelar PETMC – 1246/SC:

"Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5.º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida."


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

70
70

A pretensão do recorrido encontra amparo na Lei Maior, ao proclamar que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196), devendo ser integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (art. 198, II). Evidentemente que o atendimento integral compreende o fornecimento dos tratamentos necessários aos pacientes.

Outrossim, é de se notar, no caso em comento, que o autor/recorrido acostou aos autos declaração de pobreza (fls.20); foi atendido por médico especializado o qual encaminhou ao SUS, sendo-lhe negado o tratamento de oxigenoterapia hiperbárica(fl.21/28). Assim, todas as referidas provas nos levam a concluir que o agravado, de fato, não tem condições de arcar com o tratamento em questão.

Portanto, restando consignado que o recorrido necessita do tratamento requerido por expressa indicação do profissional competente, é irretorquível a obrigação do Estado, por qualquer de seus entes, em provê-la

Assim, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada por este Egrégio Sodalício:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

À *latere*, deve ser considerado que tal obrigação imposta ao Estado, pela prestada tutela jurisdicional, deve oferecer ao cidadão a garantia de seu efetivo cumprimento, pois que, se de forma diferente, torna inócua a *jurisdictio*.

Esta garantia se concretiza através da fixação de astreintes, cujo objetivo não é compelir a parte ao pagamento do valor da multa, mas fazer com que a mesma cumpra a obrigação que lhe foi imposta, ou seja, a multa não é um fim em si mesma, senão um instrumento destinado a compelir o devedor ao cumprimento forçado da obrigação principal.

Neste sentindo, entende a doutrina de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: *"Deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu*


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

71
72
intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz". (Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006, p.588).

A multa serve como meio indireto de coação, a infundir psicologicamente influência sobre a sua vontade, no sentido de convencê-lo a prestar aquilo que lhe é exigido, servindo como instrumento processual necessário para a prestação de uma tutela inibitória efetiva e adequada. Assim, a fixação de multa com caráter inibitório é medida atualmente consagrada pelo direito processual positivo e, ademais, decorrência lógica e natural da natureza instrumental do processo civil moderno.

De igual pactua a jurisprudência desse Egrégio Tribunal de Justiça:

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. REDUÇÃO DAS ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE E. TRIBUNAL. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Através do presente recurso, o agravante requer a redução do valor arbitrado a título de multa diária, o qual foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais). 2.Incabível a redução, visto que as astreintes tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. 3.Mantida a sentença de primeiro grau. 4.Recurso de Agravo IMPROVIDO por unanimidade. Câmara de Direito Público 186 Agravo AGV 2620315 PE 0016831-61.2012.8.17.0000 (TJ-PE) Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

E na mesma linha raciocina e julga tribunal superior:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - REQUISITOS AUTORIZADORES - ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA - ÓBICE DA SÚMULA 07/STJ - IMPOSSIBILIDADE - ARTIGO 461, § 6º, DO CPC- MULTA - CARÁTER INIBITÓRIO - VALOR EXORBITANTE - INOCORRÊNCIA.1.- A análise dos requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada envolve a revisão das premissas de fato adotadas pelas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 07/STJ.

2.- A multa prevista no artigo 461, § 6º, do CPC possui caráter inibitório visando impedir a violação de um direito, de modo que a sua fixação deve ser de tal monta que não frustre os seus objetivos.3.- O agravante limitou-se a se insurgir contra o decisum, porém não apresentou nenhum argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada, que se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo Regimental improvido. AgRg no AREsp 60059 / SP

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0168670-6 Relator Ministro SIDNEI BENETI (1137) T3 - TERCEIRA TURMA julgamento 24/04/2012.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

No que concerne à alegada falta de razoabilidade do valor da multa diária fixada na decisão recorrida, tem-se que a mesma não se mostra excessiva para o caso em exame, posto que a referida penalidade foi estipulada com o intuito de fazer cumprir provimento judicial e coibir o retardo injustificado da execução do julgado que pode acarretar prejuízo irreversível ao cidadão beneficiário.

72
rap.

Certo então que a quantia fixada não pode deixar ser mais vantajoso ao devedor pagá-la do que cumprir a obrigação. Nessa esteira, tenho que o valor fixado pelo magistrado de Primeira Instância (R\$ 500,00 multa diária) está condizente com a finalidade da multa (qual seja: compelir o agravante ao cumprimento de sua obrigação de fazer imposta na decisão recorrida). Máxime, considerando-se o mal que acomete o beneficiário do tratamento – diabético portador de úlcera isquêmica – CID E 10.5 +97.0 - e sob declaração médica nos autos às fls. 21.

Também nesta Egrégia Corte, citamos alguns precedentes jurisprudenciais, nos quais foi concedido ao autor a oxigenoterapia domiciliar à custa do Estado de Pernambuco: Agravo de Instrumento nº: 0221.966-7/2011, Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo; Agravo de Instrumento Nº 0232075-8, Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior, Relator Substituto: Juiz Aldemir Alves de Lima.

Dessa forma ante a presença da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações do autor/agravado, não merece guarida a tese do agravante.

Ante o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento ao presente recurso de agravo de instrumento**, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos”.

Incabível a exclusão ou redução da multa diária, visto que as astreintes têm o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor de R\$ 500,00(quinzentos reais) está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos.

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador